



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
PRIVADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO BAIRRO, REALIZADA NO DIA
24 DE JUNHO DE 2019**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques dos Santos, a reunião extraordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....

.....
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

.....
PONTO ÚNICO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 84 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO [EDUCAÇÃO]

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara**, agradeceu a cordialidade e compreensão com que os Vereadores têm tratado a presente temática, a qual é bastante importante para o Concelho de Oliveira do Bairro.

Recordou que o presente assunto, apesar de ter sido retirado na última Reunião de Câmara, foi debatido, nomeadamente no que às preocupações do Executivo Municipal diz respeito e tendo por base a informação que chegou momentos antes de aquela reunião ter tido o seu início.

A **Vereadora Lília Águas**, recordou que, no seguimento da reunião havida em Lisboa com a Secretária de Estado e os restantes Municípios que possuem o Contrato de Delegação de Competências, foi recebido o documento que o Presidente da Câmara mencionou e que obrigou à retirada do ponto da Ordem de Trabalhos da Reunião de Câmara.....

Informou que se entrou em contacto com o Chefe de Gabinete da Secretária de Estado, no sentido de se esclarecerem algumas dúvidas relativamente ao documento, tendo inclusivamente efetuado de igual modo um contacto com o Município de Matosinhos que se encontra na mesma situação, a fim de tentar perceber a dúvida que surgiu quanto a uma possível omissão relativamente ao facto de em



determinada altura se encontrarem dois contratos em vigor.

É entendimento do Município de Oliveira do Bairro e dos restantes Municípios, designadamente de Matosinhos, que a deliberação deverá ser exatamente nos termos da proposta da Secretaria de Estado.

Perante esta decisão, referiu ter sido efetuada uma análise ao novo diploma, por forma a verificar quais as consequências em caso de eventual colisão entre ambos os contratos, tendo-se concluído que, na prática, o Município de Oliveira do Bairro não é prejudicado, uma vez que as novas competências preconizadas pelo novo Decreto-Lei (refeitórios e transporte dos alunos do pré-escolar) o Município de Oliveira do Bairro não as tem nem as irá ter e quanto aos valores transferidos e aos mapas, os mesmos são atualizados, mormente no que respeita ao Pessoal Não Docente acrescentando, ter sido esclarecido que o Leite Escolar é igualmente contemplado.

Referiu que, na sua opinião esta é a melhor solução, sendo que existe um compromisso por parte da Secretaria de Estado de que em 2019 e 2020 se mantém tudo inalterável, pelo que o ano escolar será iniciado com normalidade, sendo que, dia 4 de julho irá novamente reunir para negociar a solução para 2020/2021, esperando que o regime seja mais favorável. Caso não se chegue a um entendimento, será aplicado o regime anterior por força do emanado pela Tutela.

Informou que a requalificação da Escola Secundária transita de um diploma para o outro, ou seja, é assumido pela Tutela que não foi resolvida a questão, podendo, no entanto, não ficar previsto no Orçamento de Estado, mas antes por intermédio da CIM.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que o PPD/PSD é favorável à assunção desta competência, fruto do trabalho que tem vindo a ser realizado e do contrato interadministrativo que foi inicialmente celebrado e, por conseguinte, o processo deve ter uma continuidade.

Lamentou, contudo, que esta situação se revista, na prática, de uma imposição por parte do Governo no que se refere ao contrato interadministrativo, o que significa que algumas das salvaguardas que existiam, nomeadamente ao nível da requalificação da Escola Secundária e o assumir da Escola a Poente e que trazem grandes encargos ao Município, não se encontram consagrados os respetivos montantes de investimento ou de contrapartidas, o que o torna algo vazio.

Relembrou que na última Reunião de Câmara, mencionou que deveria ser enviada a documentação em tempo útil à Assembleia Municipal para que esta se pronuncie, reconhecendo, no entanto, que, este atraso é da responsabilidade do Governo.

O **Vereador António Mota**, referiu que por tudo o que tinha sido dito pela Vereadora Lília Ana Águas, a questão ainda não estava totalmente esclarecida, nomeadamente no que diz respeito à requalificação da ESOB, que na sua opinião deveria estar muito bem definido, esperando que não aconteça o mesmo que aconteceu na escola Dr. Fernando Peixinho em que numa requalificação de milhões de euros, apenas foram comparticipados poucas centenas de euros.

Disse ainda que, havia tempo útil para se quantificar e dar a conhecer em termos de investimento e de custo relativamente ao ensino, sabendo que por parte da Câmara Municipal existem elementos



que permitem esse estudo, porque pessoalmente já estive mais sético no que respeita à transferência de competências, mas de momento não tinha dúvidas em dizer que tudo isto era um presente envenenado, para os Municípios, cortando as pernas em matéria de investimento, estando o Estado a sacudir as responsabilidades para as autarquias.

O **Vereador Rui Santos**, disse que em termos gerais concordava com o que tinha sido referido pela Vereadora Lília Ana Águas, e lendo a documentação relativa ao presente ponto verifica que todas as situações estavam salvaguardadas pelo Ministério da Educação, inclusivamente no que diz respeito à requalificação da ESOB.

Recordou que na última reunião de Câmara tinha solicitado que os pareceres fossem acompanhados com pareceres técnicos, onde fosse referido que estava tudo em ordem e que os Vereadores estavam à vontade para aprovarem um documento com a importância que o mesmo tem. Acrescentou que não duvidava da competência jurídica da Vereadora Lília Ana Águas, mas seria de todo importante ter um documento dos serviços técnicos e nesse sentido deu nota que iria fazer uma declaração de voto, o qual faz parte integrante da presente ata, como anexo.

O **Presidente da Câmara**, relativamente às obras de requalificação da ESOB, esclareceu que aquando das negociações para a abertura da extensão Frei Gil, uma das preocupações levadas à Secretária de Estado tinha sido a questão das obras de requalificação na ESOB. Acrescentou que havia um primeiro estudo realizado pelos técnicos da Câmara e que o mesmo tinha sido entregue em mãos à Secretária de Estado, contudo esse estudo não tinha a programação da construção de um pavilhão e tinha sido referido à Secretária de Estado que ou se prosseguia com o projeto e os alunos continuavam a deslocar-se para o complexo desportivo do município, para aí terem as suas aulas de educação física, ou então poder-se-ia fazer da mesma forma da Escola Dr. Fernando Peixinho, ao que a Secretária de Estado solicitou que se enviasse os dois projetos, o que foi feito no mês de novembro.....

Afirmou que também tinham sido dadas indicações à CIM, a dar nota dos projetos sendo o Concelho de Oliveira do Bairro, no âmbito da CIM, que tem o estudo elaborado e entregue na Secretária de Estado, tendo sido feita uma calendarização dos investimentos e a ESOB encontrava-se nos primeiros investimentos dentro do calendário da reestruturação financeira.

Aquando da visita da Secretária de Estado ao município, foi-lhe mostrado o estado da ESOB, que já não reúne condições que uma escola de hoje em dia tem necessidades nomeadamente nas acessibilidades entre outras. Acrescentou que a Secretária de Estado já tinha nota que a requalificação da ESOB era uma das prioridades para o distrito de Aveiro, tendo sido reforçada essa necessidade pela Vereadora Lília Ana Águas e por si.

O **Vereador António Mota**, referiu que se o Presidente da Câmara já tivesse informado os Vereadores, de tudo o que tinha dito na sua anterior intervenção, nomeadamente o que já estava previsto, as reuniões já realizadas, a postura dos Vereadores certamente seria diferente.

Relativamente ao que tinha sido referido pelo Vereador Rui Santos, disse que concordava e



começava a notar-se a ausência de pareceres técnicos, porque os políticos não podem substituir os técnicos.

Solicitou ao Presidente da Câmara que fosse sempre dando conhecimento aos Vereadores do que se vai passando, das reuniões que são tidas no interesse dos munícipes e do Concelho de Oliveira do Bairro.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, referiu que no que respeita à área da educação, foi sempre dado conhecimento em reunião de Câmara, das reuniões que têm tido com a Secretária de Estado, e tudo o que tinha sido dito na presente reunião não era novidade, já tinha sido mencionado em reuniões anteriores e inclusive em reuniões da Assembleia Municipal e o mesmo se aplica aos projetos.

Frisou que na última reunião que teve com a Secretária de Estado, sobre todas as dúvidas existentes relativas à proposta, a Diretora do Agrupamento de Escolas Dr.^a Júlia Gradeço também se deslocou a Lisboa, para que estivesse a par de tudo, tanto das preocupações como das respostas dadas pela Tutela.....

Relativamente aos montantes, aos estudos, disse que estava tudo calculado e os valores tinham seguido para a Secretaria de Estado.

Sobre a ESOB, esclareceu que a Tutela continuava a assumir o compromisso da requalificação.

Disse que entendia a posição do Vereador Rui Santos, mas a verdade era que o município já tem a delegação de competências, não se podendo fazer tábua rasa disso, reconhecendo que a Tutela deveria ter feito tudo com mais antecedência.....

Referiu que a deliberação da forma com está proposta é “*ipsis verbis*” aquilo que a Tutela diz e dessa forma acha que estão acauteladas todas as eventuais questões que se possam vir a colocar do ponto de vista jurídico, relativamente ao contrato que está em vigor e depois para a frente também se estará presente para negociar.

O **Vereador Rui Santos**, afirmou que concordava com a delegação de competências, a única situação que estava em causa era o facto de a proposta não estar acompanhada de uma informação técnica, e concordava com a posição do município assumida a esse respeito.

O **Presidente da Câmara**, referiu que tem feito sempre ponto de situação sobre educação e aos investimentos.....

Sobre a documentação, disse que juridicamente não tinha nada a referir, tendo sido a Vereadora Lília Ana Águas que tem conduzido todo o processo, respeitando todas as preocupações inerentes.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com o voto contra do Vereador Rui Santos, propor à Assembleia Municipal que delibere, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação/Proposta n.º 84 – Mandato 2017/2021, datada de 21 de junho de 2019, o seguinte: ...

1.º - Aceitar a transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, já em 2019, nos termos propostos pelos Secretários de Estado da Educação e das Autarquias Locais.

2.º - Autorizar a celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências, nos termos da minuta em anexo à presente proposta, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos



Oliveira do Bairro câmara municipal

os efeitos legais.....

.....

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **21 de junho** do ano **de 2019**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **1.607.659 Euros e 62 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **768.766 Euros e 61 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **2.376.426 Euros e 23 Cêntimos**

.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram quinze horas e cinquenta e cinco minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

.....

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

.....

Jorge Ferreira Pato

.....

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

.....

Susana Maria da Silva Martins



Oliveira do Bairro câmara municipal

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos